



ATA DE EXAME DA VILA IRATY (1902): A LEGITIMIDADE DA HOMOGENEIZAÇÃO

Bruna Buhler Gomes¹
Claudia Maria Petchak Zanlorenzi²
(UNICENTRO)

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma pesquisa de graduação realizada na Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO, no curso de Pedagogia. O objetivo desse estudo foi analisar, a partir da ata de exame de Iraty em 1902, como essa forma de avaliação era instrumento de homogeneização. Pressupõe-se que a ata tenha um poder imenso de registrar eventos, que por estarem guardados na forma de escrita durante muitos anos, permitindo ao pesquisador entender as construções ideológicas, sociais, econômicas, políticas e até mesmo religiosas de uma sociedade, pois percorre no mérito de interpretar essa fonte como testemunha de uma história. Para tanto, o presente artigo está dividido em: primeiramente será discutido sobre as atas como fontes de pesquisa, em seguida serão expostas algumas reflexões sobre o estudo com atas para, então, finalizar apresentando um trabalho realizado com a ata de exame da vida de Iraty em consonância com o Regulamento Instrução Pública do Estado do Paraná, decreto nº 93 de 11 de março de 1901.

Palavras-chave: Fontes. Atas. Educação. Avaliação. Homogeneidade

Introdução

As fontes de pesquisa, em especial as atas quando analisadas refletem em si o registro de vestígios e ideologias que permitem ao pesquisador compreender os aspectos sócio-políticos e culturais de um determinado momento da história humana e, sobretudo das instituições que se integram nela. Assim podemos ressaltar que esses documentos não retratam apenas informações, acontecimentos, mas sim permanecem neles a história, a memória e os anseios de uma sociedade.

As atas são utilizadas por diversas instituições a fim de registrar os objetivos, as pretensões de um determinado evento, no entanto, o pesquisador ao analisá-las não deve apenas considerar seu texto, mais sim seu contexto e suas entrelinhas.

Diante disso é possível que o pesquisador recupere um fato, um acontecimento de um período, de uma realidade em que os preceitos e valores eram diferentes, nos colocando a refletir

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia UNICENTRO- Campus Irati.

² Professora colaboradora do Departamento de Pedagogia da Universidade do Centro-Oeste – UNICENTRO - Campus Irati. Mestre em História da Educação, membro do Grupo de Pesquisa HISTEDBR – Campos Gerais. Doutoranda em História da Educação e Políticas Educacionais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Email aecmari@gmail.com.br





sobre esta sociedade em questão. Nestas condições competem alguns cuidados para se adotar na análise de uma ata.

A necessidade de selecionarmos o material, o que corresponde a uma intenção e conhecimento prévio do pesquisador, que concedem, muitas vezes, olhares distintos sobre a mesma fonte de investigação; o cuidado em não nos deixarmos influenciar por uma visão impregnada do presente; a necessidade de ultrapassarmos a mera descrição do documento, observando que o documento não contém um caráter explicativo em si, são procedimentos que transformam essas fontes em objetos de pesquisa. A problematização dentro de um quadro explicativo e de um referencial teórico; a reunião de informações muitas vezes fragmentadas e as conexões possíveis com um universo mais amplo transformam as fontes em significados explicativos e levarão o pesquisador a não só descobrir o passado, mas explicá-lo, e ao fazer isso, fornecer um elo com o presente (ANDREOTTI, 2005, p.04, 05).

Precisamos ter cuidado com as interpretações, julgamentos que cometemos diante dessas fontes, visto que as mesmas são artifícios que nos serviram de objeto para uma determinada pesquisa, as quais, no entanto, não podem ser analisadas apenas em uma visão instituída no presente.

O objetivo deste artigo é apresentar uma pesquisa que tem por finalidade discutir sobre as atas como fontes de pesquisa levando em consideração seu valor como documento histórico, no campo do conhecimento e da história de uma instituição, bem como apresentar uma análise realizada na ata de exame de Iraty, em 1902, considerando-a como instrumento de homogeneização.

Deste modo o presente artigo está dividido em: primeiramente será discutido sobre as atas como fontes de pesquisa, em seguida serão expostas algumas reflexões sobre o estudo com atas para, então, finalizar apresentando um trabalho realizado com a ata de exame da vida de Iraty em consonância com o Regulamento Instrução Pública do Estado do Paraná, decreto nº 93 de 11 de março de 1901.

Atas Como Fontes de Pesquisa

A partir do momento em que nos propomos a analisar um documento, primeiramente se faz necessário que tenhamos em mente qual a sua procedência, seus objetivos, do que trata e





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

por que trata. Os documentos são também chamados pelos historiadores e pesquisadores de fontes, ou seja:

O termo “fontes” está associado à origem, à procedência, a fonte de consulta que fornece informações. Na filologia, área do conhecimento que privilegia o estudo de documentos escritos antigos, fonte é termo identificado como texto ou documento original (ANDREOTTI, 2005, p. 03)

Podemos entender como sendo um documento ou uma fonte de pesquisa as atas, que são instrumentos muito utilizados em diversas instituições, sejam estas de ensino, econômicas, dentre outras.

As atas podem ser analisadas como instrumentos possíveis de interpretação de uma determinada cultura, para entender aspectos de uma realidade local, posicionamento político e ideológico, entendimento de iniciativas educacionais, memórias coletivas municipais e suporte para a formação de cidadãos. Podemos estabelecer um vínculo entre este trabalho e o artigo realizado por Assis (2002, p. 06), que analisou as atas do Conselho Municipal de Itabuna como fontes de informação, onde explana sobre a importância dessa fonte.

O estudo já sinaliza para alguns aspectos importantes na nossa pesquisa. Um deles diz respeito a importância dos documentos manuscritos do Conselho Municipal, pois estes retratam aspectos da realidade local e que, na nossa ótica, estão impregnados de intencionalidades, refletindo o posicionamento político-ideológico dos integrantes do Conselho Municipal de Itabuna, bem como a ideologia circulante e a cultura da época, da região. [...]. Encerramos este texto ratificando a importância das Atas manuscritas do Conselho Municipal de Itabuna, como fonte de pesquisa para o historiador usá-lo cientificamente e adentrar na memória coletiva do município. Assinalo ainda, que esta coleção de documentos é de valor inquestionável e precisa, portanto, ser valorizada pelos pesquisadores, sob pena de deixar que as intempéries apaguem a memória regional, impossibilitando, desta forma, as gerações futuras de compreenderem parte significativa da história do seu povo.

Podemos perceber com base o autor supracitado, a importância que as atas têm entre um conselho municipal, as suas pretensões, seus objetivos, suas metas. É possível verificar o quanto é rica essa forma de fonte, inclusive a significativa importância também à história da educação, documentos que retratam não apenas a vida legal de uma instituição, entidade ou município, sobretudo os anseios da coletividade e suas memórias.

As atas elaboradas para / em / a partir de reuniões, podem ser qualificadas enquanto registros formais de um encontro promovido por um órgão, associação,

4075





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

entidade ou grupo de sujeitos, tanto com seus pares quanto subordinados, visando deliberar sobre assuntos de interesse comum ou repassar informações. Encaradas como potenciais documentos de valor jurídico, as atas têm a necessidade de consubstanciarem-se enquanto um fiel registro do que ocorreu na reunião (deliberações, decisões, discussões). Por outro lado, atas também podem servir como uma rica fonte documental, sobremaneira para a história da educação. Dentro desta perspectiva, a ata é entendida como um lugar de memória (Nora, 1993) que, do ponto de vista científico, metodológico ou historiográfico, pode ser mais ou menos rigorosa, mas, ainda assim, um lugar de memória (ESQUINSANI, 2007, p.104).

Desta forma, podemos entender que não existem apenas informações nas atas que versam sobre reuniões, eventos, acontecimentos, deliberações ou discussões, como nos propõe a autora, mas também que dentro destas atas estão presentes as entrelinhas de uma história, as relações existentes entre aqueles que escreveram esta ata e aqueles ou aquilo sobre o qual ela fora escrita. Conforme Saviani (2007, p. 177) “Não basta ater-se a letra da lei, é preciso captar o seu espírito. Não é suficiente analisar o texto; é preciso examinar o contexto. Não basta ler nas linhas, é necessário ler nas entrelinhas”.

Percebe-se, com base nas questões levantadas, que as atas como documentos são amplas em significados, informações, sentidos. Estes documentos nos permitem analisar em suas entrelinhas o que passou despercebido durante muitos anos aos olhos de muitos pesquisadores.

É possível verificar, a partir da compreensão da ciência, que a cada período histórico, surgiam novas formas de se abordar um tema, um documento. É salutar, diante disso, apontar a importância do pesquisador e o seu pressuposto teórico, pois esse será a base para todo o seu estudo, pois

[...] não são os documentos em si que caracterizam o resultado de um trabalho historiográfico, mas sim o manejo e a interpretação que o historiador faz destes, o que está diretamente dependente da postura teórico-metodológica por ele assumida (MARTINY, 2008, p.03).

Com base no que nos mostra a autora, que também realizou seu trabalho fundamentado sob as atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, podemos notar o porquê das críticas feitas ao modo histórico-científico de conceber um determinado período. Ela nos mostra que o documento versa aquilo que o seu pesquisador busca, desta maneira, ele depende desta subjetividade, encontrada apenas na visão do pesquisador. A mesma autora afirma que





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Estamos convencidos de que fontes desta natureza muito podem nos revelar – em suas linhas e entrelinhas –, não apenas sobre o mundo das elites, mas, também, sobre os excluídos deste mundo. Podem, sobretudo, se constituir em importante fonte de análise da dinâmica interna de uma dada sociedade, revelando tanto aspectos político-administrativos e econômicos, quanto as relações de poder que se estabelecem em seu interior (MARTINY, 2008, p.11).

As atas da mesma maneira como podem ser reveladoras de assuntos tratados em reuniões e diálogos diversos, podem mostrar também a relação entre a elite e os excluídos, que de um ou outro modo faziam parte desta sociedade, porém que por razões ideológicas e relações de poder se mantiveram obscuras.

As atas como fontes de pesquisa permitem ao pesquisador reconstruir uma história, um fato, de maneira que este possa ser visto em sua singularidade e importância, pois “As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado (SAVIANI, 2004, p. 05).

Um dos principais objetivos dos documentos, aqui mais precisamente das atas, é recuperar eventos, acontecimentos que marcaram um período de tempo. Estes documentos nos permitem entender as atitudes humanas, suas construções, seus significados, suas crenças, seus medos, seus valores. Todavia, também podemos ir além, pois essas fontes trazem à tona uma série de fatos que nos colocam a pensar sobre esta sociedade em questão, sua temporalidade e seus modos de vivência.

As fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e os seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e vida (LOMBARDI, 2004, p. 155)

Os documentos possibilitam ao pesquisador interpretar uma realidade distante, outro tempo, outro espaço, nos quais as normas para viver eram diferentes, as regras eram outras, bem como os valores e suas construções.

Diante destas questões, chegamos a uma problemática: como estudar um documento, mais especificamente uma ata, a partir destas concepções e levando em consideração o seu





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

caráter transmissor de uma infinidade de informações? No próximo item serão abordadas algumas reflexões para um estudo que se utiliza de atas como fontes de pesquisa.

Atas Como Fontes de Pesquisa: Algumas Reflexões Para Um Estudo

Primeiramente, é necessário que entendamos que as atas são fontes oficiais, ou seja, elas nos trazem um fato que fora registrado formalmente. Verifica-se, então, a necessidade de se ter uma metodologia para analisar e trabalhar com este documento, uma metodologia que dirá como proceder, como manusear, o que levar em consideração, como interpretar o que não está explícito. E ainda aqui é preciso confrontar a fonte com outros documentos, isto é, coloca-la frente à outra fonte para ver até que ponto ele é passível de interpretação. Conforme

Três importantes aspectos precisam ser discutidos quando tomamos tais Atas como fontes de pesquisa histórica: seu caráter de fonte oficial; a necessidade de utilizar uma metodologia de análise baseada no cruzamento de informações com outras fontes; e, a necessidade de uma análise que apreenda não somente o conteúdo explícito destas fontes, mas também o que nelas está implícito (MARTINY, 2008, p.02).

Nestas condições cabem também mais alguns cuidados necessários ao analisar um documento, principalmente ao que se refere ao cuidado metodológico, o que pressupõe a crítica de seu conteúdo, a consideração do contexto em que foram elaboradas, quem as elaborou e quais as intenções para tanto (MARTINY, 2008, p. 02).

Nesse desiderato é preciso que o pesquisador analise o documento verificando sobre o contexto no qual este documento foi produzido, a data, se confere com a escrita, com o material em questão, quem fez tal documento, ou melhor, quem produziu e quais suas intencionalidades durante este ato. Destacando que o “[...] historiador elege, organiza e interpreta suas fontes em conformidade com suas opções metodológicas (LOMBARDI, 2004, p. 158).

Os documentos estão carregados de trilhas, isto é, de caminhos que se deve seguir para interpretá-los e talvez reconstruir um pequeno lapso de tempo, um fato, um acontecimento. Estas trilhas levam a desvendar os mistérios escondidos por entre as lacunas destes documentos que falam muito mais do que as palavras que ali estão gravadas. É preciso observar também que:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Todo o material que compõe um acervo de documentos nas suas várias formas, papéis, iconografias, fotografias, objetos etc, são fontes de consulta que nos trazem informações; são o ponto de partida e somente se constituem em fontes de pesquisa a partir da indagação do pesquisador. [...] observa que as fontes históricas não são a origem do fenômeno histórico, não são as fontes da história, mas documentos que nos fornecem informações para a compreensão de dado fenômeno. Nada é fonte de pesquisa até que o pesquisador formule suas questões ou como bem assinala HOBBSAWM (1998, p. 220), em geral, não existe material algum até que nossas perguntas o tenham revelado (ANDREOTTI, 2005, p. 04).

O documento não fala por si só. Ele depende de um conjunto de fatores que fazem com que o autor o possa interpretar. O documento só passa a ser fonte a partir do momento em que passa a surgir uma problemática em torno dele e isto só é possível graças à capacidade que o pesquisador deve dispor em interpretar o documento.

Desta maneira, o documento, as fontes não falam de uma história geral, ele não é generalizador, mas ao contrário, eles trazem fragmentos da história, fragmentos pequenos muitas vezes, mas repletos de significados e simbologias, decifrados mediante a interpretação daquele que pesquisa.

Nesse desiderato, a postura do pesquisador é que dará o rumo à investigação, dado que esse não é isento de uma visão de mundo, de ideologias e de até desvios teóricos e metodológicos, ou seja, o pesquisador não é neutro. No entanto, é essa a – neutralidade que permitirá escolher um método de pesquisa o que irá demonstrar a sua postura ontológica, epistemológica e uma práxis. Os documentos, os relatos, os objetos, não falam por si só, é necessário o pesquisador, que no ímpeto de não apenas interpretar e sim transformar o mundo, parafraseando Marx e Engels, escolha o mirante, ou melhor, lugar onde fará a leitura da realidade, haja vista que o pensamento de um pesquisador é situado (ZANLORENZI, 2010, p.62).

Podemos entender o documento como um aliado do pesquisador, ou seja, existe entre ambos uma relação de dependência, na qual a pesquisa de um não pode ser feita sem os instrumentos que são fornecidos pelo outro e vice-versa.

Perante todas as considerações feitas a respeito das fontes, mais precisamente das atas, verifica-se a possibilidade de se analisar o sentido do passado, presente neste tipo de documento. Sabe-se que cada pessoa faz de seu passado uma ponte para o seu futuro e no caso





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

dos documentos também pode ser assim. Os documentos podem nos fornecer um patamar gigantesco de sentidos sobre o passado, pois

O sentido do passado como uma continuidade coletiva de experiência, mantém-se surpreendentemente importante, mesmo para aqueles mais concentrados na inovação e na crença que a novidade é igual a melhoria: como testemunha universal da “história” no programa de todos os sistemas educacionais modernos, ou a busca de ancestrais pelos revolucionários modernos cuja teoria, se são marxistas, supõe sua irrelevância. (HOBSBAWM, 1998, p. 32).

Esse passado, inserido num contexto, numa época e escrito num determinado documento, reflete uma história, uma memória, possível de ser interpretada, revista e refeita a partir de novos sentidos, de novas perspectivas.

Sobremaneira cabe fazer mais um parêntese lembrando mais um aspecto importante ao deparar diante da análise de um documento, que é o fato de que “[...] todas as fontes históricas, por definição, são construídas, isto é, são produções humanas [...]” (SAVIANI, 2004, p. 05).

Desta maneira, percebemos a pertinência de se estabelecer, como propusemos anteriormente, uma metodologia para trabalhar com as fontes, tendo em vista que se muitas delas são produzidas intencionalmente, outras não o são. Que as fontes, assim como qualquer outro objeto de análise de um fato ou de um acontecimento social são construções humanas, e por isso repleta não somente de significados, mas também de inúmeras simbologias, que não ficam explícitas no texto e exatamente por isso merecem destaque.

Nesse sentido, no próximo item será apresentada uma análise sobre uma ata de exame da vila de Iraty, em 1902, tendo por finalidade demonstrar os aspectos formais incluídos na ata e as entrelinhas desse documento, mais especificamente a disseminação de um modelo homogeneizador.

Educação na Primeira República: Ata de Exame e a Avaliação

Pensar a Primeira República nos leva a analisar todas as conseqüências e fatos que a fizeram emergir num emaranhado de revoltas e reivindicações. A República surge como aparentemente um divisor de águas entre o antigo e o novo regime de governo no país. Ela vinha também como uma manifestação dos anseios de grupos contra a forma de governo monárquica.

4080





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nasce então, em novembro de 1889, uma nova forma de governo, fundamentado nos ideais liberais de igualdade, liberdade e individualidade.

Marcado por contradições, esse período deposita na educação uma expectativa de reorganização da sociedade brasileira, pois “pretendia-se (re) inventar a nação, inaugurar uma nova era, novos tempos” (SCHUELER, MAGALDI, 2008, p.35). Diante dessas transformações, podemos entender que tais aspectos se refletem sobremaneira na educação, pois a escola é utilizada como um meio de reprodução desses ideais.

O modelo de educação que vinha sendo defendido nessa época era um modelo de escola universal, pública e laica, baseada num discurso de “[...] direito igual fundado na igualdade natural entre os homens” (NORONHA, 2009, p. 167).

Assim, nos idos da sociedade republicana, a escola seria a solução para o progresso, pois a mesma atingiria a maior parte da população, de tal modo que pudesse transmitir suas ideologias, proclamando o seu discurso de igualdade e homogeneidade ocultando as diferenças sociais, pois “[...] a educação escolar era colocada como uma medida de profilaxia social, na formação do “homem novo” (NORONHA, 2009, p. 167). Diante disso questões se fazem pertinentes: como era legitimada essa homogeneidade? Que instrumentos eram utilizados para a disseminação dessa ideologia?

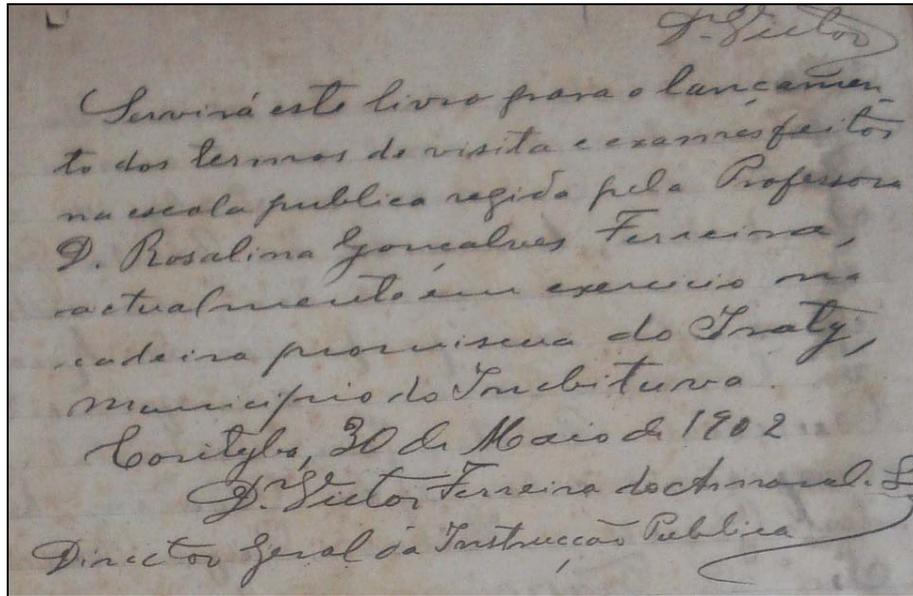
Nesse sentido, as atas de exames onde são registrados os resultados das avaliações das escolas públicas são um rico material, levando em consideração seu caráter oficial, que se estabelece não apenas no campo de documento histórico, mas também no campo do conhecimento e da história de uma instituição

O objetivo dessa análise é demonstrar a disseminação do ideal liberal de homogeneidade, a partir da investigação da forma como a avaliação se efetivava nesse período, no início do século XX. Desta maneira, foi utilizada a ata da escola pública de Iraty, da professora Rosalina Cordeiro de Araújo, hoje atual cidade de Irati, no estado do Paraná, precedendo na análise de alguns itens em consonância com o objetivo. Este livro de registro formal mostra a metodologia de avaliação e como se dava o processo de ensino e organização do mesmo na escola desse local dado que também são incluídas as atas de visitas, e de que maneira pensava-se a educação neste período.





Termo de abertura da ata de Exames e de Visitas da escola pública do Iraty, 1902



Fonte: Museu Municipal de Irati

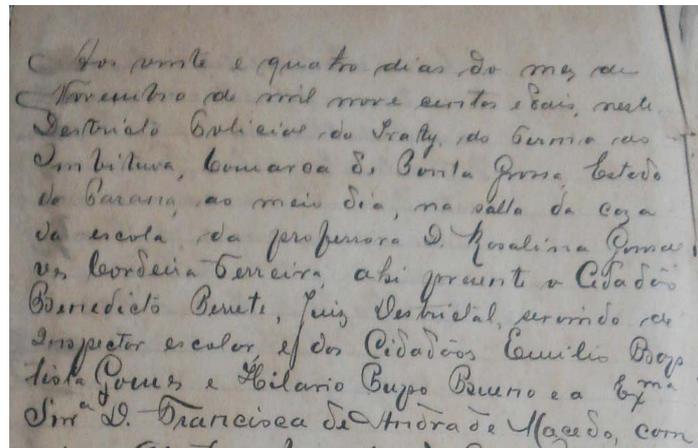
Em virtude que “É importante não recorrer a uma única fonte, mas sim confrontar várias fontes que dialoguem com o problema de investigação” (LOMBARDI, 2004, p. 156), a ata que será objeto de pesquisa, será analisada com base no Regulamento Instrução Pública do Estado do Paraná, decreto nº 93 de 11 de março de 1901, documento custodiado pelo Arquivo Público do Paraná. Tal documento prevê em seu capítulo X, artigo 56, “Em todas escolas públicas do Estado durante o mez de Novembro de cada anno, haverá exames parciaes e finaes, presididos pelos inspectores escolares respectivamente” (PARANÁ, 1901, p. 98)³, dado que pode ser observado na ata abaixo.

³ Optamos em deixar a escrita original.





Ata de Exames e visitas da escola pública do Iraty, 1902



Fonte: Museu Municipal de Irati

A comissão será presidida pelo inspetor escolar que “[...] procederá, em tudo, de conformidade com o disposto art. 57 e seus números” (PARANÁ, 1901, p. 89). O artigo 57º conforme exposto, determina ordenadamente como deverá acontecer o exame, concluindo que no caso de aprovação “[...] a comissão examinadora dará aos alunos, logo após os exames, attestado de habilitação em taes matérias” (PARANÁ, 1901, p. 99).

Para presenciar esse exame, marcada previamente, será nomeada uma “[...] comissão examinadora, composta de duas pessoas idôneas, que serão convidadas com a devida antecedência” (PARANÁ, 1901, p. 99). Em consonância ao que determina o regulamento, na ata de vila de Iraty, podemos verificar a presença de “importantes expoentes” do local, convidados a participarem como examinadores. Nesse fato já podemos considerar a legitimação desse processo de avaliação como algo verdadeiro, idôneo e inquestionável, como por exemplo, o cidadão e coronel Emílio Baptista Gomes⁴, fazer parte da banca. Ademais os exames eram abertos ao público possibilitando a apresentação dos resultados dos examinados a todos, o que era lhe dado o

⁴ Emílio Batista Gomes, Coronel da Guarda Nacional, fixou residência em Covalzinho (Irati) em 1899. Foi eleito Camarista em 1904. Por indicação de lideranças políticas assumiu o Executivo Municipal em 15 de julho de 1907, sendo o primeiro prefeito de Irati, função que exerceu por menos de um ano, todavia para aquela localidade era uma referência, dado a “exaltação” dada a essa figura a até os tempos atuais.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

caráter de inteira importância conforme visto na foto abaixo, possibilitando a visão de uma sociedade “[...] como idêntica, homogênea e harmoniosa” (CHAUÍ, 1990, p. 27).

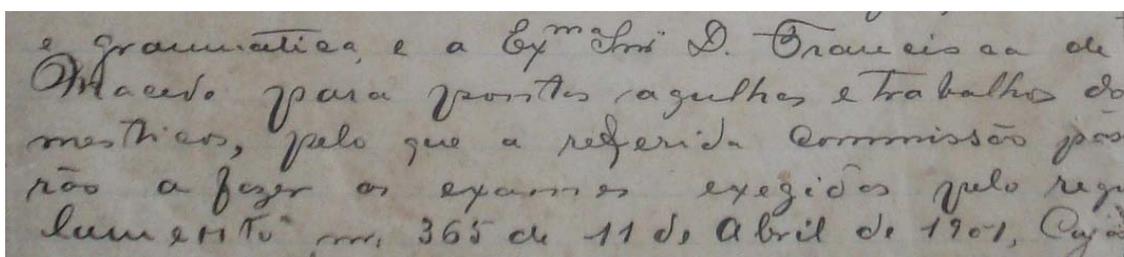
Dia de Exame da Escola de Vila de Iraty da professora Rosalina Cordeiro de Araújo.



Fonte: Museu Municipal de Irati.

Juntamente com o processo de avaliação, nas escolas para o sexo feminino e promíscuas, conforme artigo 60º do referido documento, fará parte da comissão julgadora “[...] uma examinadora de trabalhos de agulha e prendas domésticas, para meninas, a qual manifestará seu juízo a respeito das habilitações das examinandas, por ocasião do julgamento respectivo” (PARANÁ, 1901, p. 100), conforme podemos averiguar no excerto abaixo.

Ata de Exames e visitas da escola pública do Iraty, 1902



Fonte: Museu Municipal de Irati

Nesse registro é possível observarmos o ensino que era direcionado às meninas e a importância dada a esses trabalhos manuais. Duas situações são passíveis de uma análise:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

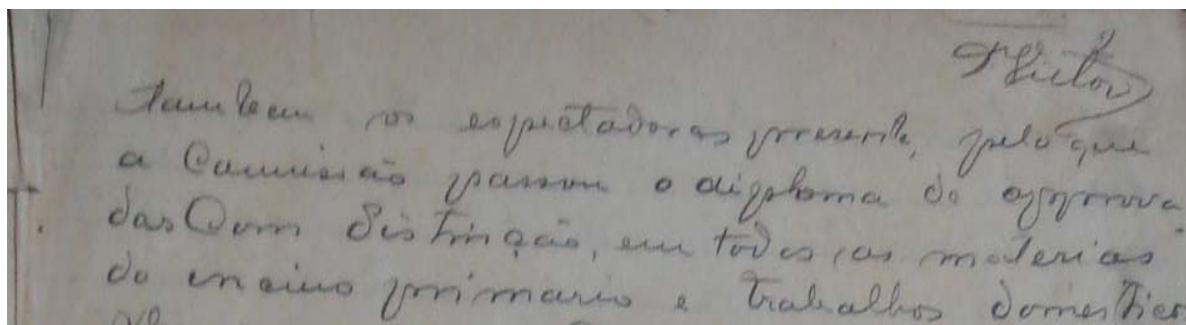
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

primeiro o modelo direcionado às meninas, que deveriam ser hábeis em trabalhos com agulhas e prendas domésticas, inclusive tuteladas por uma avaliadora ou avaliador hábil no assunto, por segundo, ao ser publicamente demonstrado a sua habilidade disseminava-se o caráter homogeneizador de que aquele era o modelo que as demais deveriam seguir. Dado que se seguia o Regulamento Instrução Pública do Estado do Paraná, pode-se verificar que

O imaginário ideológico [...] fornece aos membros da sociedade dividida e separada do poder a imagem da indivisão (isto é, uma sociedade unificada pela unidade estatal, e esta como expressão ou síntese da vida social) e, por outro lado, elabora para a classe que detém o poder uma imagem de si e do social que faça desse Estado um *representante* homogêneo e eficaz da sociedade no seu todo (CHAUÍ, 1990, p. 28, grifos do autor).

Tal situação pode ser averiguada nos critérios de aprovação e a forma como são registrados utilizando-se os termos com distinção e plenamente, que efetivamente pontua os incapazes e os capazes, naturalizando um fato inquestionável, dado que era uma determinação estatal, sem verificar que a sociedade é fundada nas contradições.

Ata de Exames e visitas da escola pública do Iraty, 1902



Fonte: Museu Municipal de Irati

É importante salientar que para o momento, a análise efetuada, focou em excertos que viessem de encontro com o objetivo proposto, porém a pesquisa está em andamento abordando outros aspectos.

Voltamos então às perguntas anteriormente feitas: como era legitimada essa homogeneidade? Que instrumentos eram utilizados para a disseminação dessa ideologia? A homogeneidade era vista no conteúdo registrado na ata de exame público, com critérios distintos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que caracterizam um modelo a ser seguido, legitimado pela importância dada a esse evento no local, com a presença de pessoas influentes, dando a esse dia uma importância extrema.

A síntese que fazemos desse documento formal, mesmo que registrando um ensino local, é reflexo de um aporte maior de interesses. Os exames além de cumprir com uma formalidade, também era uma maneira de configurar o que deveria ser feito na educação no início do século XX e que resultados deveriam ser alcançados dentro de um modelo baseado nos preceitos liberais de individualidade e universalidade, dado que o Estado republicano determinava uma sociedade de “[...] direito, indivisa, idêntica a si mesma, ainda que, de fato, esteja dividida” (CHAUÍ, 1990, p. 20).

Diante de um discurso baseado na escola laica, universal e pública em que a educação era um direito de todos os cidadãos e a escola seria a solução para o progresso individual, o que podemos compreender a partir da análise desta ata é que a escola fundamentava-se em uma educação homogeneizadora, baseada na individualidade, “Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições [...]” (CHAUÍ, 1990, p. 03). Assim podemos entender que esse princípio de individualidade que imperava na primeira república enfatizava o sucesso individual procedente do esforço próprio, do mérito. Haja vista que um novo homem era necessário para a sociedade republicana, expor perante a sociedade qual era o modelo ideal, era uma forma de disseminar essa ideologia e os exames escolares cumpriram de forma preponderante esse papel, ocultando a assim a realidade e suas contradições.

Considerações Finais

Primeiramente foi abordada a ata como fontes documentais que carregam posicionamentos ideológicos, políticos, econômicos de uma determinada época, os quais precisam ser compreendidos e analisados pelo pesquisador.

Percebe-se também que o uso das fontes documentais suscita expectativas em torno às novas possibilidades de interpretações, explanações de um fato, evento, acontecimento que marcaram um período da história.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Em um segundo momento as atas são tratadas como registros formais de um encontro, com objetivo de discorrer sobre determinado assunto, ou seja, são fontes oficiais que trazem fatos que realmente ocorreu.

Analisar um documento não é tarefa fácil. Primeiramente porque ele está associado a uma série de fatores e elementos que o fazem ter um diferencial. Depois porque ele nos mostra outras concepções, outras análises que eram pertinentes na sociedade da época.

A partir do momento em que o pesquisador se depara diante de um trabalho como este precisa estabelecer fatores de julgamento, com o qual analisará estes documentos e a partir de então, construir e reconstruir a história. Se o pesquisador souber o que quer e como extrair do documento estas informações, ele obterá êxito, sua pesquisa será efetuada com sucesso.

Ao se colocar diante das atas o estudioso, está diante de eventos reais, isto é que aconteceram de fato e por isso o trabalho é ainda mais minucioso.

É mister ter extremo cuidado com as interpretações, os referenciais para não cair no erro do anacronismo, da má interpretação e de projeções retrospectivas e descritivas de informações, sem ponderar que as fontes documentais impregnam ideologias, visões de mundo, idéias de uma determinada época que precisam ser reverenciadas.

Enfim, é salutar a relação existente entre o objeto de pesquisa, neste caso a ata e o pesquisador e considerar que as fontes desta natureza podem revelar muitas situações que estão e também que não estão explícitas nos documentos podem, sobretudo, se constituir como fontes de análise da dinâmica interna da sociedade em seus aspectos políticos, ideológicos, administrativos e econômicos.

A partir da análise da ata podemos inferir que os exames eram realizados no mês de novembro, direcionados á meninas e dando ênfase aos trabalhos manuais que naquela época eram de grande importância para a mulher, dispo de uma avaliadora hábil no assunto. Entendemos também que a educação naquela época apresentava um modelo de homogeneidade em seu conteúdo e legitimação dado a esse dia de exame uma extrema importância.

Observa-se então que a ata foi uma rica fonte de informação para investigar como era realizada os exames e como era realizado o processo de avaliação no século XX, na cidade de Iraty.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Referências

Fontes primárias

IRATI. **Ata de exame de vinte e quatro de novembro de 1902.** Museu Municipal de Irati.

PARANÁ. **Regulamento Instrução Pública do Estado do Paraná, decreto nº 93 de 11 de março de 1901.** Arquivo Público do Paraná.

Fontes secundárias

ANDREOTTI, Azilde L. **Acervo de fontes de pesquisa para a história da educação brasileira: características e conteúdo.** Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/AzildeAndreotti2_artigo.pdf acessado em 24/05/2011.

ASSIS, Raimunda Alves Moreira de. **As atas do Conselho Municipal de Itabuna como fontes de informações.** Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigo/anpuh_l/raimunda_alves_moreira.pdf. Acessado em 24/05/2011.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas.** 5.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. **As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso.** In: Educação Unisinos, 11(2):103-110, maio/agosto, 2007.

HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22/35.

LOMBARDI, José. Claudinei. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. In: Lombardi, J.C; Nascimento, M.I.M. (orgs). **Fontes, História e Historiografia da Educação** Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **A Educação na Primeira República.** Disponível em: HTTP://www.histedbr.fae.unicam.br/navegando/artigos_frames/artigo_057.html. Acessado em 06/04/2012.

MARTINY, Carina. **Das presenças e ausências: as atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875-1892) como fontes de pesquisa.** Disponível em: http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212285879_ARQUIVO_Carina_MartinyArtigoEncontroAnpuh_rs.pdf. acessado em 24/05/2011.

NORONHA, O. M. Educação e trabalho no contexto histórico da formação da Primeira República no Brasil (1889-1930). In: **Navegando na História da Educação Brasileira: 20 anos do HISTEDBR.** José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani (orgs.) Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2009.

QUEIROZ, Luiz Miguel Galvão e CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida. **As fontes documentais: o entrelaçamento dos vestígios na produção da história educativa.** In: V congresso de ensino e pesquisa de História da Educação em Minas Gerais. P. 02-09.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa.** Revista Tempo, 2008, pp.32-55.

SAVIANI, Dermeval. Fontes e História das Instituições Escolares. In: Lombardi, J.C; Nascimento, M.I.M. (orgs). **Fontes, História e Historiografia da Educação** Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

ZANLORENZI, Cláudia Maria Petchak. **História da Educação, Fontes e a Imprensa.** In: Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n.40, p. 60-71, dez 2010.

ZANLORENZI, Cláudia Maria Petchak; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Método intuitivo e trabalho docente: Incurções na revista “A Escola” (106-1910). In: Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n.41, p.209-218, mar 2011.

